

PARECER/2021/35

I. Pedido

1. O Banco de Portugal solicitou à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) emissão de parecer sobre o Projeto de Instrução para operações de depósito e levantamento de notas e moedas metálicas de euro no Banco de Portugal.

2. A CNPD emite parecer no âmbito das suas atribuições e competências enquanto autoridade administrativa independente com poderes de autoridade para o controlo dos tratamentos de dados pessoais, conferidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º, conjugado com a alínea b) do n.º 3 do artigo 58.º, e com o n.º 4 do artigo 36.º, todos do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante RGPD), em conjugação com o disposto no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 4.º, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, todos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que executa na ordem jurídica interna o RGPD.

II. Análise

3. O Projeto de Instrução define os locais, horários, regras, condições e o suporte aplicacional através dos quais podem ser efetuados depósitos e levantamentos de notas e moedas metálicas de euro no Banco de Portugal, aplicando-se às instituições de crédito autorizadas a realizar tais operações e às empresas de transporte de valores que assegurem, por conta e ordem daquelas instituições, a sua realização.

4. Relevante, na perspetiva da proteção de dados pessoais, é o regime previsto no artigo 5.º do Projeto. Aí se dispõe sobre o tratamento dos dados relativos às pessoas singulares que, em representação daquelas entidades, realizem as operações de depósito e levantamento de notas e moedas metálicas de euro no Banco de Portugal, bem como às que, em representação das mesmas entidades, intervenham na credenciação e atribuição de mandatos para a execução de tais operações.

5. O tratamento de dados pessoais em causa assenta em obrigações legais decorrentes da leitura conjunta dos artigos 6.º, n.º 1, da Lei Orgânica do Banco de Portugal, 10.º do Decreto-Lei n.º 195/2007, de 15 de maio, 9.º do Decreto-Lei n.º 184/2007, de 10 de maio, em conformidade com o Direito da União Europeia, encontrando fundamento de licitude nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.

6. Quanto às categorias de dados pessoais objeto de tratamento, que constam dos anexos A, B e C, a CNPD considera-as adequadas e necessárias às finalidades visadas, em respeito pelo princípio da minimização dos dados consagrado na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD.

7. Apenas uma curta nota quanto ao cumprimento do direito de informação relativo ao tratamento de dados pessoais, que vem anexado ao Projeto de Instrução. Uma vez que o tratamento de dados pessoais assenta em obrigações legais, não se fundando diretamente no exercício de funções de interesse público pelo Banco de Portugal (cf. n.º 1 do artigo 21.º do RGPA), nem no consentimento dos titulares dos dados (cf. n.º 3 do artigo 7.º do RGPD), entende a CNPD não fazer sentido a referência, no ponto 4.1., ao direito de oposição ao tratamento e ao direito de revogação do consentimento.

8. Assim, a bem da clareza dos termos do tratamento de dados, a CNPD recomenda a revisão do ponto 4.1., bem como do ponto 4.2. (este, na parte em que se menciona o direito de oposição).

III. Conclusão

9. Com os fundamentos acima expostos, a CNPD considera que o tratamento de dados pessoais previsto no Projeto de Instrução não suscita reservas do ponto de vista do regime jurídico de proteção de dados, recomendando apenas a revisão do ponto 4 do anexo relativo ao cumprimento do direito de informação, nos termos explicitados *supra*, nos pontos 7 e 8.

Lisboa, 24 de março de 2021



Filipa Calvão (Presidente, que relatou)